

Permanência

Comunidade Tukum

Antologia fotográfica
(2017-2025)

Território Indígena Tupinambá de Olivença
Ilhéus, Bahia

Micael Aquillah

Este ensaio reúne fotografias autorais que retratam a memória e a territorialidade como dimensões indissociáveis da vida comunitária. Produzidas entre 2017 e 2025 na Comunidade Tukum, no **Território Tupinambá** de Olivença, em Ilhéus, Bahia, as imagens em preto e branco apresentam fragmentos construídos a partir das múltiplas relações simbólicas que se estabelecem entre os habitantes, o território e o fotógrafo no contexto deste projeto.



Os processos fotográficos, chamados de monocromia e fusão fotográfica, são resultados de experimentações e técnicas de sobreposição e superposição digital em fotografias que, em suma, expandem a imagem para um campo expressivo e dialógico. A fusão de imagens propõe a criação de atmosferas ficcionais que as aproximam do onírico e revelam estados de memória, a presença da espiritualidade e o sentido de duração e continuidade. As imagens, assim concebidas, também problematizam os conflitos territoriais causados pelos empreendimentos imobiliários e atividades minerárias na região. Elas testemunham a força da **permanência** indígena naquele território, que, por cinco séculos, tem sido protegido pelos modos de vida **Tupinambá**, integrados ao delicado tecido ambiental entre o mar e a serra ao sul de Ilhéus. A invasão do território, porém, se intensificaria sobretudo nestes últimos cem anos, com a sangrenta construção da ponte sobre o rio Cururupe, nos anos 1930, e com a abertura do trecho da BR-101 que liga Ilhéus a Una, rasgando a transição entre praia, mangue, restinga e floresta.





As obras representam os gestos e os movimentos cotidianos, os símbolos e as dimensões ritualísticas, atravessados, uns e outros, pelo protagonismo do território como fundamento da vida comunitária. São visualidades que denotam a íntima relação entre corpo, imagem e território ancestral, como eixo de representação daquilo que é percebido como vulnerabilidades e como potências indígenas. Retomam a perspectiva de Belting (2014), segundo a qual o corpo é lugar de manifestação das imagens mentais e dos mitos. A fotografia assume, assim, um caráter experimental, valendo-se de velaturas abstratas, reflexos de água e refrações da luz, que criam uma ambientação ficcional, ampliando a dimensão simbólica de narrativas que perduram na oralidade e transparecem nas imagens. O resultado é uma experiência visual imersiva que articula subjetividade e inventividade artística às dimensões históricas, culturais e espirituais do povo **Tupinambá**, afirmando a fotografia como linguagem de resistência e **permanência**.

As fotografias aqui apresentadas tensionam a noção tradicional de temporalidade, presente na fotografia documental clássica – cuja lógica historicamente repousa no compromisso com a factualidade, na captura direta da cena e na expectativa de neutralidade documental. Aqui, intervenções pessoais, como a interação com o fotografado, e intervenções técnicas, como a manualização na pós-produção, adicionam um toque autoral e crítico ao processo artístico acerca da imagem fotográfica. Em vez de reafirmar a cena fotografada como dado objetivo e documental da realidade, as imagens se apresentam como vestígios de memória ressignificada e reespacializada: operam como metáforas da subjetividade em comunidade, alçando a fotografia a um estado de imanência. O visível experienciado torna-se, então, um contínuo da comunidade e o imaginário socialmente compartilhado se faz ver na singularidade viva de cada corpo, numa fusão entre corpo coletivo e membros individuais, mergulhados no território, que não é fundo, mas fundamento.



Tukum : corpo, casa, território

A comunidade indígena Tukum, junto à qual este projeto foi realizado, está situada em pleno domínio do bioma da Mata Atlântica, com aproximadamente quatrocentas pessoas vivendo em estreita relação com a floresta e sua diversidade biológica. Essa relação é percebida em práticas de cuidado e proteção da mata, da fauna e dos elementos espirituais da natureza, articulando corpo, casa e floresta em uma totalidade que reafirma continuamente a interdependência entre pessoa, sociedade e ecossistema. A experiência de vida comum nesse território habitado representa um dos raros espaços vivos de manutenção da Mata Atlântica no sul da Bahia, não apenas como área de preservação ambiental, mas como território cultural, que, todos os dias, testemunha e reafirma a sustentabilidade dos modos indígenas de estar no mundo.



Mata Atlântica : a cara do Brasil

A Mata Atlântica é uma das áreas mais ricas em diversidade biológica do planeta e o bioma florestal mais devastado do país. Calcula-se que sua dimensão original recobria 15% do território brasileiro, estendendo-se de forma contínua por cerca de 1 milhão e 300 mil km². Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2024, p.61), restam hoje, em áreas plenamente preservadas (com ao menos cem hectares), apenas 8,5% desse total. Os pouco mais de cem mil km² restantes – deste bioma que já foi a "primeira cara" do território brasileiro – estão hoje dispersos em pequenas grandes "ilhas de preservação", graças quase sempre à **permanência indígena**, em comunidades resistentes, ainda ameaçadas pela invasão fundiária, pela abertura de estradas e pelas atividades madeireiras e minerárias, legais e ilegais.



Brasil, terra indígena : Ilhéus, terra Tupinambá

Ainda hoje uma vasta floresta de Mata Atlântica se estende ao sul da cidade que foi, por dois séculos e meio, a sede administrativa da "Capitania dos Ilhéos", antes de ser incorporada à Bahia. Nesse território, que vai da orla da praia ao alto da serra, entre as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema, vivem hoje 23 comunidades indígenas, recenseadas com aproximadamente 8 mil habitantes ao todo.

Desde o rio Cururupe, fronteira histórica da resistência Tupinambá ao norte, até as vertentes do rio Una, ao sul, essa grande mancha verde só continua visível no mapa graças à **permanência Tupinambá**. Por quinhentos anos, eles defenderam o território de floresta que envolvia a antiga Vila de Olivença, criada no século XVII como Aldeamento jesuítico e refundada no século XVIII como "Diretório de Índios". Com igreja, colégio e cemitério, entre os séculos XVII e XIX, Olivença foi uma extensão administrativa da colônia e do império, destinada a converter aos costumes e crenças europeus os remanescentes indígenas da região.



Atualmente, ainda que ameaçada pela invasão e especulação imobiliárias e pelo turismo de massa e de luxo, a floresta abriga milhares de espécies animais e vegetais responsáveis pela qualidade do ar, pelo equilíbrio climático, pela proteção do solo e dos mananciais de água e pela capacidade de a própria mata se regenerar. A floresta garante, assim, as condições de vida das comunidades **Tupinambá**, que com a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar garantem as condições de vida da floresta que as envolve. Circularmente.

Breve histórico de um reconquista histórica

Os **Tupinambá** do litoral da Bahia foram os primeiros povos a resistirem à invasão portuguesa, já no século XVI. Foram por isso mesmo, desde o início da colonização, as primeiras e principais vítimas de extermínios, perseguições e estigmas históricos; e até hoje: desde o serem vistos como "índios cruéis" até o equívoco persistente de que já não existem mais.

Em 2009, 47.376 hectares, cerca de 470 quilômetros quadrados, foram demarcados pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), delimitando oficialmente o **Território Indígena Tupinambá** em Olivença. Esse reconhecimento torna mais abrangente a proteção de uma área contígua, a Reserva Biológica de Una, que foi criada nos anos 1980, como contrapartida pelo impacto ambiental da abertura da BR-101, e que sempre foi parte da floresta ancestral Tupinambá. Em 17 de novembro de 2025, a Portaria nº1075/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, homologou o território demarcado em 2009, declarando a posse permanente do Povo Indígena Tupinambá de Olivença sobre seu território originário.

Este ensaio fotográfico celebra um momento histórico, em que séculos de lutas de morte e de resistência espiritual se atravessam na capacidade de articulação e persistência dos Tupinambá pela efetivação de seus direitos territoriais.

Micael Luz Amaral  e Ricardo Martins Valle 

Referências

BELTING, Hans. *Antropologia da imagem*. Lisboa: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2014.

Fundação SOS Mata Atlântica. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica*. São Paulo: SOSMA/INPE, 2024.
Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/13d00222.pdf>.



Micael Luz Amaral, **Micael Aquillah**, é graduado em Cinema e Audiovisual pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em História: Política, Cultura, Sociedade, Ensino e Aprendizagem e Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, pela mesma instituição.

Correspondência: micaelluzamaral@gmail.com.

Permanência

Comunidade Tukum

Antologia fotográfica
(2017-2025)

Micael Aquillah

























































